



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

**AVANÇOS E RETROCESSOS DOS DIREITOS HUMANOS NAS INSTITUIÇÕES POLICIAIS  
NO BRASIL**

Vera de Souza Paracampo

Email: [paracampo@ufpa.br](mailto:paracampo@ufpa.br)

Universidade Federal do Pará

Brasil

Verônica do Couto Abreu

Email: [vca@ufpa.br](mailto:vca@ufpa.br)

Universidade Federal do Pará

Brasil

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Email:

Universidade Federal do Pará

Brasil



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### RESUMEN

Na década de 90 do século passado em resposta as graves denúncias de violência policial a disciplina Direitos Humanos foi inserida nos cursos de formação das polícias militares do Brasil. Os impactos dessa inserção continuam questionáveis em face da continuidade da violência policial. Visando desvelar essa realidade realizamos uma pesquisa sobre a formação e difusão dos Direitos Humanos nas instituições policiais militares nas cinco regiões do Brasil, sendo especificamente a pesquisa feita nos estados do Pará (Região Norte), da Bahia (Região Nordeste), do Rio de Janeiro (Região Sudeste), do Rio Grande do Sul (Região Sul) e no Distrito Federal (Região Sudeste). A partir de um enfoque qualitativo analisamos as formas de inserção dos conteúdos de Direitos Humanos na formação destes profissionais, através de pesquisa documental e pesquisa de campo. Os sujeitos da pesquisa foram policiais militares e gestores de instituições de segurança pública no Brasil. A realidade pulsante nos mostra que há um *gap* entre as aspirações existentes a partir da inserção de Direitos Humanos e os resultados alcançados. Havendo ainda um grande trajeto a ser percorrido para que as ações das polícias militares brasileiras primem pelo respeito a dignidade da pessoa humana e sejam efetivamente democráticas no território brasileiro.

### ABSTRACT

In the 90's of last century in response to the serious denunciations of police violence, Human Rights discipline was inserted in the training courses of the Brazilian military police. The impacts of this insertion remain questionable in the face of continuing police violence. Aiming to unveil this reality, we carried out research on the formation and diffusion of Human Rights in military police institutions in the five regions of Brazil, specifically the research done in the states of Pará (North Region), Bahia (Northeast Region), Rio de Janeiro (Southeastern Region), Rio Grande do Sul (South Region) and the Federal District (Southeastern Region). From a qualitative approach, we analyze the forms of insertion of human rights contents in the training of these professionals, through documentary research and field research. The research subjects were military police officers and managers of public security institutions in Brazil. The pulsing reality shows us that there is a gap between the aspirations existing from the insertion of Human Rights and the results achieved. There is also a great route to be covered so that the actions of the Brazilian military police will be based on respect for the dignity of the human person and will be effectively democratic in Brazilian territory.

### Palabras clave

Direitos Humanos. Polícia. Democracia.

### Keywords

Human Rights. Police. Democracy.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **I. Introducción**

O presente estudo tem por finalidade apresentar os resultados finais obtidos na pesquisa de campo e documental referente à pesquisa “Segurança Pública e Direitos Humanos: um estudo na sociedade democrática brasileira”, cujo objeto de reflexão é a inserção dos conteúdos de Direitos Humanos nas corporações Policiais Militares, a fim de que se possa analisar a formação e a propagação dos Direitos Humanos em cinco capitais brasileiras, a saber: Belém, Salvador, Rio de Janeiro, Brasília e Porto Alegre.

As mesmas foram escolhidas como campo de investigação por apresentarem alguns pontos concomitantes em termos de avanço relacionados à Segurança Pública, dentre os quais, destacam-se a existência de Ouvidoria de Polícia, atendimento pelo Programa Nacional de Segurança e Cidadania (PRONASCI) e acesso às informações institucionais.

Partindo desses pressupostos, os principais objetivos do referido estudo, foram analisar e comparar a formação em Direitos Humanos nas corporações militares das cinco capitais brasileiras, destacando as suas semelhanças e diferenças e identificando a aplicação dessa formação na ação policial, bem como os investimentos nessa área.

Destaca-se como dado relevante, a busca por material e coleta de informações primárias por meio da pesquisa de campo nas capitais citadas, priorizado os seguintes locais para a realização do levantamento de campo: Secretaria de Segurança Pública, Ouvidoria, Corregedoria Militar, Comando Geral, Diretoria de Ensino, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças e Academias de Formação de Oficiais.

Dentre os objetivos mais importantes, destaca-se a inserção nos cursos de formação de policiais disciplinas e iniciativas provenientes dos Direitos Humanos como eixo fundante para uma nova postura de polícia cidadã, comunitária, ética que tenha como pressuposto os Direitos Humanos.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Foi imprescindível para o sucesso da pesquisa, a carência de estudos similares na literatura, referentes aos campos de Segurança Pública no que diz respeito à aplicabilidade da disciplina de Direitos Humanos na Polícia Militar, sua transversalidade com a formação dos policiais e com a avaliação de serviços de Segurança Pública, uma vez que essa característica, permitiu a produção de um conhecimento sobre a visão dos agentes de Segurança Pública (Gestores e Policiais Militares) e o respectivo contexto dos Direitos Humanos.

Em virtude das dificuldades de obtenção de dados por meios dos questionários, valorizaram-se as entrevistas, dando destaque aos grupos focais, sendo esse um recurso fundamental na obtenção de dados e informações mais verídicas e espontâneas sobre a atividade policial, oportunizando perceber os aspectos mais subjetivos dos informantes, os quais são revelados no contato face a face.

As instituições mais comumente visitadas foram as Secretarias de Segurança Pública, Comando Geral da PM, Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública, Corregedorias e Ouvidoria das PMs, Institutos, Academias das PMs e Centros de Formação e Zonas Pacificadas nos casos de Rio de Janeiro e Salvador.

Pesquisas dessa natureza contribuem significativamente para as discussões não somente acadêmicas/científicas, mas abrem caminhos promissores para desvelar a realidade concreta da Segurança Pública.



XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## II. Marco teórico/marco conceptual

No Brasil, assim como em muitos outros países da América Latina, há um enorme *gap* entre o que está escrito na lei e a realidade brutal da aplicação da lei. A Constituição brasileira, promulgada em 1988, conseguiu incorporar muitos dos direitos individuais que foram violados sistematicamente no período da ditadura militar. Os direitos à vida, a liberdade e a integridade pessoal foram reconhecidos; e a tortura e a discriminação racial são consideradas crimes. No entanto, apesar do reconhecimento formal desses direitos, a violência oficial continua. (PINHEIRO, 1997).

Para Pinheiro (1997), a distância entre a lei e a realidade é a raiz do fracasso das democracias latino-americanas consolidarem um dos grandes marcos de governo democrático: o controle legítimo da violência. É esse fracasso também que explica a persistência da violência endêmica em muitos países da região. Por um lado, a violência usada pelas elites como forma de manter a ordem social – a tortura e a detenção arbitrária continuam a caracterizar o comportamento policial em países como o Brasil. E devido a tais atos oficiais de violência, gozam de uma ampla impunidade, e o comportamento policial arbitrário continua fora do debate. Por outro lado, o crime violento e a delinquência, também aumentaram na América Latina, particularmente nos anos 80 e 90.

A palavra repressão provoca repulsa generalizada em todos os que resistiram à ditadura e lutaram pela democracia, no Brasil. O sentimento libertário rejeita a palavra e o espírito sombrio que a cerca. Por isso, quando discutimos segurança, todos os democratas apressam-se em qualificá-la, desejando uma segurança cidadã, humanista, orientada para o respeito aos direitos humanos e inspirada pelos direitos civis, servindo para distinguir os democratas daqueles que defendem a brutalidade policial, a truculência do aparato de segurança, a tortura, o extermínio e a barbárie. (SOARES, 2003).

É preciso re-significar o conceito de segurança transformando-se em estabilidade de expectativas positivas, compatíveis com a ordem democrática e a cidadania, envolvendo, portanto, múltiplas esferas formadoras da qualidade de vida, cuja definição subsume dignidade e respeito à justiça, à liberdade e aos direitos humanos. (SOARES, 2003).



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Nossa sociedade ainda se encontra em um processo de consolidação da ordem democrática e, portanto, com urgência de compreender as estruturas e práticas sociais da organização policial, movimento no qual as lutas sociais contra a violência têm desempenhado uma ação historicamente inovadora que precisa ser incorporado ao saber sociológico sobre a organização policial, desvendando o enigma da arma e da flor, ou seja, de um ofício marcado pela duplicidade entre agente do exercício do monopólio da violência física legítima e, simultaneamente, agente de produção de consenso.

No Brasil, a atividade de policiamento ostensivo, realizada nas vias públicas, que visa à segurança das pessoas e a preservação da ordem pública, continuam a ser realizadas exclusivamente pelas Polícias Militares. Nessa direção, Zaverucha (2005) lembra que há uma incompatibilidade entre militarização da segurança pública e aprofundamento da democracia, pois são os regimes autoritários que tratam de militarizar conflitos de natureza social, ou seja, transformam questões de segurança pública em assuntos de segurança nacional.

Concordamos com Cerqueira (1998), ao afirmar que são essenciais para o processo de democratização das políticas de segurança pública: a desmilitarização e a integração do sistema de justiça criminal. Para este autor a desmilitarização: não é o afastamento das organizações policiais militares do campo da segurança pública, vez que essa atuação não fere os princípios democráticos; a desmilitarização que proponho é a que refuta as políticas criminais interpretadas como política de guerra e submetidas ao controle doutrinário das teses da segurança nacional.

Acreditamos que a desmilitarização que urge acontecer na segurança deve entender a segurança pública como uma atividade civil, focada na preservação da vida e submetida ao controle democrático da sociedade.

Ver o Outro como meu semelhante, como alguém que pelo olhar recíproco, eu o identifico e me identifico, pois sem este olhar perdemos a perspectiva do Outro e de nós mesmos. Devemos buscar a igualdade em termos de direitos, deveres e oportunidades, mas como seres humanos únicos e singulares, somos diferentes.

Como já nos dizia Bobbio (2004, p.21), “[...] direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos”.

Emerge, então, a necessidade de compreender o trabalho policial, nessa direção Dominique Monjardet (2003) aponta que esta ação é posta em movimento por três fontes: certas tarefas são prescritas de maneira imperativa pela hierarquia superior, outras são respostas mais ou menos obrigatórias às solicitações do público e outras são de iniciativa policial. Enfim, indica que o aparelho policial é indissociavelmente um instrumento de poder, que lhe dá ordens; um serviço público, suscetível de ser requisitado por todos e uma profissão, que desenvolve seus próprios interesses.

Outro aspecto da complexidade do trabalho policial é quanto à origem e a ordem de execução de suas atividades, que segundo Monjardet (2003) classificam-se: quanto sua origem: autoridades superiores (hierarquia da polícia ou de outra autoridade requerente); autoridades internas (comissário [delegado], chefe de corporação, cabo); ocorrências e chamadas.

Cabe refletir que a violência pode ser manifesta de diversas formas, desde a dimensão simbólica presente na calculada espetacularização da política e da sociedade ou nas estreitas relações entre sacrifício e violência até a violência física; vão da humilhação e imputação de sofrimento psíquico até a morte, da requintada indiferença em relação ao Outro que sofre até a chamada mortificação do eu. (MENDONÇA, 2001).

Como estabelecer uma dialogia num universo de primazia das relações reificadas? Lembremos que qualquer que seja a sua significação, a violência é sempre uma interdição à palavra do Outro e, ao mesmo tempo, a manifestação do não-olhar para o Outro nas relações sociais e políticas. “[...] O não-olhar denuncia e alimenta uma sociedade doentia na qual os sujeitos perdem a perspectiva do Outro e de si mesmos” (MENDONÇA, 2001, p. 33).

Assim, urge a necessidade de um olhar face a face no universo policial militar, desvelando um caminho para a construção de uma educação desses trabalhadores para o exercício da cidadania, sendo que este olhar deve estar desprovido de pré-noções e preconceitos, deve perceber o policial como um ser com possibilidades e limitações, que quer e deve ser presença no mundo.

Há a necessidade de desvendar qual o significado da liberdade neste universo, sendo esta entendida como uma afirmação da pessoa, que não é uma coisa, mas uma dimensão essencial do ser



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

humano, que precisa ser conquistada, mas que “[...] o movimento de liberdade é também repouso, permeabilidade, disponibilidade. Não é somente ruptura e conquista, é também e finalmente adesão. O homem livre é um homem que o mundo interroga e que responde; é o homem responsável” (MOU-NIER, 1964, p.123).

Nessa sociedade, onde reina a indiferença é necessário acreditar, assumir o compromisso em marcar presença na história dos homens, e começar a contribuir para a construção de uma nova sociedade, onde o Outro não seja a limitação de minha liberdade, e sim a sua total possibilidade de realização.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### III. Metodología

O desenvolvimento das atividades, que se distribuiu em visitas às instituições, entrevistas e grupos focais, fez parte de um universo variado, contribuindo grandemente com a pesquisa, uma vez que revelaram situações do cotidiano, iniciativas inovadoras ou reconfiguradas pela necessidade de mudanças e filosofia.

Mudanças essas que já vinham sendo processadas e vinculadas à necessidade de uma nova polícia desde a década de 1990, sendo necessário para tanto, novas configurações democráticas, cenários econômicos competitivos, direitos sociais clamando por leis e estatutos na garantia de direitos, o qual exige ruptura com modelos antigos que não contribuem para uma polícia cidadã, ao contrário, somente reforçam comportamentos autoritários nas instituições militares.

As categorias trabalhadas nesta pesquisa foram Gestores de Segurança Pública, dentre eles, Secretário e Subsecretário de Segurança Pública, Comandante Geral da PM, Ouvidor, Corregedor, Diretor de Ensino ou outra função em que o policial, militar ou não, esteja em cargo de gestão atuando no campo da Segurança Pública, assim como, Praças: Soldados, Cabos, Sargentos e Subtenentes, e também os Oficiais: Tenentes, Capitães, Majores e Coronéis.

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram entrevistas semiestruturadas realizadas com aproximações dialogais face a face, a qual obedeciam um roteiro, mas sempre deixava os informantes à vontade para fazer suas explicações.

Houve uma oscilação entre os números de participantes nos locais pesquisados, no entanto, a média permaneceu entre 06 e 10 policiais, embora em Porto Alegre esse número tenha sido maior, cerca de 25 policiais, os quais estavam em formação.

Faz-se necessário pontuar que a postura perante os entrevistados era de acolhimento e não de julgamento, mesmo havendo alguns relatos totalmente contrários aos princípios humanitários. As-



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

sim, a postura compartilhada com os interesses da instituição policial possibilitou uma troca de confiança tão grande que em certos momentos, os sujeitos sentiam-se confiantes até mesmo para “desabafar” e colocar efetivamente suas preocupações e ações como policiais.

A fim de preservar e respeitar a identidade dos sujeitos, optou-se pela omissão de todos os nomes das pessoas que participaram da pesquisa, tanto nos grupos focais como nas entrevistas com os gestores, sendo que neste último caso mencionou-se, apenas os cargos que ocupavam.

O referencial documental e presencial com base no qual foi erigida a pesquisa pautou-se nos estudos, documentos adquiridos via internet e nos locais da pesquisa (grades e currículos de formação), entrevistas, grupos focais e diálogos. Esta abordagem é consoante com a proposta da SENASP, pois busca a articulação da educação policial com o desenvolvimento de recursos humanos, assim como o trabalho efetivamente executado na atuação policial com os próprios anseios da sociedade em uma perspectiva democrática e por isso cidadã.

Além disso, outras estratégias foram fundamentais na obtenção dos materiais solicitados, cuja importância foi complementar os dados de campo, a saber: pesquisa via internet e catálogos telefônicos para visualizar endereços institucionais, contatos telefônicos e via eletrônica por sites e *e-mail*, além da criação de *e-mail* próprio da pesquisa para envio e recebimento de ofícios.

Nos próprios locais das entrevistas com os gestores, era solicitado documentos específicos de cada unidade policial, entretanto, mesmo com insistidos pedidos, estes não foram entregues, com exceção dos centros e diretorias de ensino que, em sua totalidade, entregavam os currículos de formação de Praças e Oficiais, no entanto, a maioria dos materiais não estavam disponibilizados eletronicamente.

Destaca-se como um dos fatores essenciais para a coleta de informações os diálogos (grupos focais) e as entrevistas semiestruturadas, onde os sujeitos da pesquisa foram consultados acerca de seu interesse e disponibilidade em participar da pesquisa e sua aceitação para o uso de gravador de voz.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

É importante salientar que as dificuldades encontradas foram inúmeras, mas não foram suficientes para anular os caminhos metodológicos traçados, e tampouco prejudicar o alcance dos objetivos principais da pesquisa, focados para avaliar a aplicabilidade dos Direitos Humanos no campo da segurança pública por meio das falas dos policiais, e materialmente trabalhados nos currículos dos cursos de formação.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### **IV. Análisis y discusión de datos**

As entrevistas no Rio de Janeiro revelaram alguns problemas estruturais graves no que se refere à defesa dos Direitos Humanos. A formação policial, tem disciplinas que versam sobre os mesmos, mas deixam a desejar na transversalização do tema dentro do projeto pedagógico dos cursos.

Ao confrontar a formação em Direitos Humanos dentro do Curso de Formação de Soldados da PMERJ e as vivências contidas nos relatos dos entrevistados, percebeu-se que a formação é deficiente, ainda que aborde sobre os Direitos Humanos, dá preferência para a parte prática, sendo possível constatar, que ainda vigorar a velha filosofia dos Direitos Humanos concebida do ponto de vista institucional e não propriamente uma atitude pessoal e profissional de respeito ao outro, extensiva à esfera pública e à esfera pessoal/privada.

Tendo base nos referenciais da Matriz Curricular Nacional, o desenho curricular do Rio de Janeiro tem como classificação as competências nas dimensões Cognitivas (conhecimento), Operativas (habilidades) e Atitudinais (atitudes); esta última reveladora das conexões temáticas referentes aos Direitos Humanos.

Em relação à aplicabilidade dos Direitos Humanos na corporação carioca, evidencia-se no currículo uma grande preocupação com vínculos e nexos importantes para uma visão crítica sobre Direitos Humanos baseada em valores universais, mas também particularizados sobre a formação.

Em entrevistas nos grupos focais, observou-se que os Praças com maior tempo de serviço são os que menos acreditam na prática humanizada, assim como, nos grupos com Oficiais, mesmo os que possuem pouco tempo de polícia. Além disso, outra questão verbalizada pelos policiais é a indiferença do Estado em relação à polícia, quando o policial se sente à mercê da pujança econômica veiculada pela mídia em relação ao Rio de Janeiro.

No Estado da Bahia, a Polícia Militar tem desenvolvido no âmbito de suas atribuições a formação de seus policiais, pelo menos é o que consta nas duas ações educacionais baianas: o projeto educacional “Caravana do Conhecimento” e os cursos de pós-graduação em *Lato Sensu* e Gestão em



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Segurança Pública e Defesa Social (bacharelado). O primeiro é uma iniciativa do Departamento de Ensino para a socialização de conhecimento diverso nas unidades de ensino da Polícia Militar da Bahia, por meio de palestras e atividades centradas em temas atuais.

Sendo assim, a Polícia Militar, vislumbra possibilitar uma educação permanente tendo como referência um aprendizado organizacional com projetos e ações educacionais que valorizem o capital humano presente na Corporação Militar. Tal projeto de educação tem por objetivo dar ao Policial Militar o aprimoramento técnico e intelectual a partir da atualização de conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais à atuação profissional qualificada.

Ao ser indagado sobre a formação dos “Praças” e Soldados da Polícia Militar em Direitos Humanos, o Gestor esclarece que o “Caravana do Conhecimento” contempla a dimensão do ensino na tentativa de ajudar os militares a reparar as falhas cometidas por abuso de autoridade durante o exercício da profissão.

Além disso, o curso de Gestão em Segurança pública e Defesa Social é outra medida educativa elaborada pela Polícia Militar da Bahia que almeja dar uma formação profissional que colabore para a melhoria da prestação do serviço público de segurança pública.

Nas entrevistas realizadas é possível perceber que a maioria dos sujeitos sentem-se indefesos em relação aos Direitos Humanos, pois para muitos é hipocrisia falar de Direitos Humanos na Polícia, sendo que eles próprios não são valorizados dentro da Instituição, assim como a sociedade também não os valoriza, reclamam de baixos salários, condições de trabalho precárias, e falam que Direitos Humanos é só para Homens Direitos.

No estado do Rio Grande do Sul, houve um avanço no cumprimento dos Direitos Humanos e este, talvez tenha uma relação direta com o novo perfil de policiais que estão ingressando na Instituição de Porto Alegre, pois a maioria deles possui ou estão completando a escolaridade de nível superior, no entanto, assim como nos outros locais da pesquisa, essa nova concepção dos Direitos Humanos mesmo entre os “novos policiais” sofre certa resistência, uma vez que ainda acredita-se que os Direitos Humanos foram criados para defender somente o “criminoso”.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Para o Gestor da Corregedoria, a Polícia Militar está atenta às mudanças ocorridas na sociedade, pois os Direitos Humanos têm influência direta nas transformações ocorridas dentro da Polícia Militar. Assim, a inserção da disciplina de Direitos Humanos no curso de formação do policial é fundamental, para que o mesmo possa lidar com situações diversas no campo de trabalho.

A abertura das instituições militares, a Polícia, para conhecimento e ensinamento dos Direitos Humanos tem uma influência nesse “novo perfil” de Polícia Militar que se pretende construir no país, já que a ideia de uma polícia mais próxima da comunidade e cidadã faz parte de uma política de Segurança Pública Nacional, na qual cada Estado brasileiro busca adequar de acordo com sua realidade local

Assim como nas outras cidades, percebeu-se que há uma divergência em relação à concepção de Direitos Humanos entre os futuros Oficiais e o Praças, para aqueles os direitos precisam ser respeitados e vivenciados na prática policial, e para estes os Direitos Humanos ajudam a “proteger bandido”, sendo minoria os policiais que apresentaram opinião diferente.

Sobre a dicotomia entre direitos do cidadão e direitos dos policiais, sua superação é uma tarefa difícil, mas necessária para que se chegue a um objetivo comum, ou seja, uma polícia que respeite os Direitos Humanos.

Em Brasília vários Oficiais se dispuseram a falar abertamente sobre o tema Segurança Pública e Direitos Humanos, essa colaboração tem um importante significado, pois quando a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) se abre para a pesquisa científica está se abrindo também para a sociedade e permitindo um diálogo que só pode gerar bons frutos.

No campo dos Direitos Humanos, houve uma grande evolução da PMDF nos últimos anos, está em vigor um processo de mudança de paradigma, e muitos grupos da polícia visivelmente estão se esforçando para humanizar o serviço de Segurança Pública. Mas, é evidente que ainda existem vários problemas e empecilhos para que se possa falar de uma “nova PMDF”, humanizada e cumpridora de todos os requisitos de Direitos Humanos.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os profissionais que carregam sobre o ombro a responsabilidade de zelar pela Segurança Pública têm que lidar com o desamparo do Estado, com questões que vão desde o alojamento sem estrutura, jornadas de trabalho extensas, até à falta de eficiente e constante assistência psicológica. Esse mesmo profissional denuncia a constância dos casos de assédio moral por parte de oficiais de alta patente, e uma formação demasiadamente teórica.

Em Brasília, assim como nas outras cidades, há uma nova concepção de Segurança Pública que é a cultura de um policiamento comunitário. No entanto, na realidade da PMDF, e do Brasil como um todo, o policiamento comunitário ainda não é tratado como modelo oficial de policiamento, porém já existem diversas pessoas dentro e fora da instituição militar lutando por esse modelo.

Em Belém, duas Instituições da Segurança Pública foram visitadas: a Ouvidoria da Secretaria de Segurança Pública e Curso de Formação de Praças. Na referida Capital, como nas outras cidades pesquisadas, percebeu-se uma progressão do nível de escolaridade, o que significa dizer que os novos policiais tendem a ter um perfil, em tese, mais questionador, crítico, até em virtude da bagagem teórica e ideológica que receberam em suas graduações.

Em relação ao tradicional impasse Direitos do Cidadão *versus* Direitos do Policial a Ouvidoria o trata de forma distinta do que se vê comumente, aos pesquisadores foi dito que o policial “já tem a proteção devidamente do próprio Estado” e os indivíduos oriundos da sociedade civil precisam que os movimentos sociais atuem em sua defesa com vistas a garantir-lhes os Direitos Humanos.

Além das necessidades pessoais mal supridas e debilitadas foi observado a escarces de infraestrutura que proporcione ao policial um mínimo de qualidade de vida no trabalho: armas ultrapassadas, coletes sem condições de uso, locais sem condições estruturais. Assim, quando o policial se vê excluído, violentado pelo Estado, isto tende a se transformar em uma reação, a resposta é a violência, o desapego, o mal servir. Uma violência em que a agressão física é o extremo, mas boa parte dela é dissipada em violências menores.

A Polícia Militar do Pará teve avanços significativos em relação ao ensino da Segurança Pública, com a criação do IESP (Instituto de Ensino de Segurança Pública do Pará) em 1999, fazendo



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

parte das mudanças anunciadas nesta área. Outro destaque é o Mestrado Profissional em Segurança Pública, em convênio com a Universidade Federal do Pará.

De posse das análises, as cidades pesquisadas apresentam níveis coincidentes quando se fala de investimentos e projetos na área da Segurança Pública e da aplicabilidade e iniciativas em Direitos Humanos. As iniciativas e projetos que contemplam a formação em Direitos Humanos nas Polícias Militares estão presentes tanto nos discursos dos gestores como nas grades curriculares, ainda que com menor incidência devido ao número reduzido de carga horária dedicada à formação em Direitos Humanos.

A formação em Direitos Humanos nas cidades pesquisadas ainda precisa de maiores investimentos, mesmo que sejam promissoras iniciativas neste campo como os projetos que partem das premissas de maior aproximação com a comunidade, da preocupação do ensino nas PMs ser direcionado à formação integral do policial e a perspectiva, por parte principalmente dos gestores, de proporcionar um grau de formação capaz de “derrubar” antigos paradigmas sobre os Direitos Humanos.

Foi identificado que cidades como Rio e Salvador, por serem polos turísticos fortes no cenário brasileiro, apresentam diferenças de procedimento, como melhor preparo da PM em lidar com grandes quantitativos de pessoas em eventos, que exigem práticas operacionais a fim de não denegrir a imagem da PM e da própria cidade.

Brasília apresenta uma particularidade diferente das outras cidades, por ser capital do Brasil e palco de constantes atos de protesto e manifestações reivindicatórias demandam mais preparo da PM. A instalação das zonas Pacificadas configura um gigantesco investimento no campo de Direitos Humanos, pois ali são concretizadas ações e relações que têm resgatado a vida cotidiana da comunidade residente nessas áreas e se apresentam, como um importante meio de aplicação dos Direitos Humanos, apesar das dificuldades iniciais e críticas de estudiosos e da população desta nova forma de pacificação.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Projetos como “Rio Contra a Homofobia” (Rio de Janeiro) e projetos da Secretaria de Direitos Humanos da PM de Porto Alegre representam um verdadeiro avanço no campo dos Direitos Humanos quanto à questão de respeito às diversidades culturais e sexuais, sendo a polícia um grande canalizador de preservação dos direitos.



## XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

### V. Conclusiones

Embora os períodos de transição pelos quais passem a Polícia estejam voltados para servir com respeito à comunidade, a pesquisa não encontrou uma Polícia livre de entraves de toda ordem, começando por uma estrutura por vezes sucateada, corpo funcional desanimado, falta de valorização da atividade militar, estigma negativo de sua imagem perante si mesmo e perante a sociedade, e a gritante contradição de encontrar-se desacreditada por uma sociedade a qual deveria preservar e proteger, mas que se sente absolutamente desprotegida por uma Polícia que precisa ser mais qualificada para o enfrentamento da violência, da criminalidade e para a proteção do cidadão.

É evidente que a sociedade estigmatiza o Policial como “repressor”, o que ocasiona uma não associação da imagem daquele que está ali fardado servindo o Estado à de um cidadão com Direitos também, assim, o Policial acaba se apropriando dessa “verdade”, passando a não mais se perceber como cidadão.

A polícia já trabalha para a desedificação desta junto à comunidade e com o próprio policial, por meio de cursos que visam aprimorar a prática policial voltada à cidadania e aos conteúdos e posturas. Assim como, a introdução definitiva de Policiamento Comunitário.

Mas, por outro lado, a corporação militar de certa forma reforça a ideia de policial não cidadão, quando nega a ele instalações higiênicas ou para repouso adequados, salários baixos, quando transforma hierarquia e disciplina em humilhação e tortura, entre outros. Assim, nos seis meses de introyección no mundo dos militares estaduais de Belém, Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador, notou-se a necessidade de maior Carga Horária dedicada aos Direitos Humanos e a disciplinas que o têm como pilar a Ética, a Cidadania, Relações Humanas e outras.

Em todas as cidades, percebeu-se um grande distanciamento entre a teoria e a prática, ou seja, os cursos de formação, em todos os níveis, não estão enfatizando os conteúdos de Direitos Humanos de maneira que seja incorporado no processo educativo da prática Policial.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Sabe-se que o Policial Militar é um agente a serviço do Estado, e como tal deve ser respeitado pela população e pelo ente a quem presta serviço. Logo, é preciso que o Policial se faça ouvir, e que não seja mais um alienado subordinado ao sistema, e talvez seja a hora de lateralizar o dilema (Direitos do cidadão *versus* Direitos do Policial) e partir para uma visão ampla e generalizada de Direitos Humanos.

Nessa direção, sugere-se como modo de dar início a esse processo, saber que “Direitos Humanos” não são sinônimos somente de entidades de defesa dos Direitos Humanos, não são direitos de bandido, não foram escritos na época errada, tampouco devem ser deixados de lado ou desrespeitados como forma de protesto à inobservância de outros direitos (ou direitos de outros grupos). Direitos humanos são garantias universais, indivisíveis e historicamente edificadas mediante lutas e conquistas da sociedade em prol das necessidades que a cercam em cada etapa do processo democrático em que vivemos em nosso país.



**XXXI CONGRESO ALAS  
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

## **VI. Bibliografía**

Bobbio, N. (2004). A era dos direitos. 3. reimp. Rio de Janeiro: Elviesier.

Cerqueira, C. M. N. (2001). O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora.

Jean-marc E. (2003). O que faz a polícia: sociologia da força pública. Posfácio. In Monjardet, D. (M. Barros, Trad.) São Paulo: EDUSP.

Mendonça, K. (2001). Outras Veredas para Pensar a Ação Política: a não-violência. In Costa, M. J. J. Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: UFPA.

Mounier, E. (1964). O personalismo. Lisboa: Martins Fontes.

Pinheiro, P. S. (1997). Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. São Paulo, Tempo Social. Rev. Sociol. USP, n. 9.

Soares, L. E. (2003). Novas políticas de segurança pública: alguns exemplos recentes. Jus Navigandi, Teresina, n. 65. Recuperado em 30 agosto, 2005, de <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=4096>

Zaverucha, J. (2005). FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia (1999-2002). Rio de Janeiro: Record.